



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 20

-----Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **José Gonçalo Garradas Valente**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

#### -----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### -----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Proposta "Recrutamento de pessoal. Preenchimento de postos de trabalho"--

-----Proposta de Contração de Empréstimo para Apoio ao Investimento - Plano em Defesa das Nossas Terras-----

-----Proposta de aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Moura e a Comoiprel - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada-----

-----Proposta de aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Moura e a Lógica - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M., S.A.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Moura e a Herdade da Contenda, E.M-----

-----Proposta de Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho e não Sedentária exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes-----

### -----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----

-----Obra na Rua das Escolas, n.º 22, em Safara - Conclusão dos Trabalhos-----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

### -----PRESIDÊNCIA-----

### -----PROPOSTA "RECRUTAMENTO DE PESSOAL. PREENCHIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO"-----

----- DOC.01/20

----- Foi presente proposta nos termos conjugados do art.º 57º/1 g) e 30º/1 da Lei nº 35/2014 de 20 de junho, para os efeitos do previsto nos nºs 1 e 2 do artigo 64º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, sem prejuízo do recurso ao instrumento de mobilidade interna previsto no art.º 92ºss da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas na LOE, de abertura de procedimento Concursal para preenchimento dos postos de trabalho de 1 Técnico Superior (Engenharia Civil); 1 Técnico Superior (Ciências da Comunicação); 1 Técnico Superior (Engenharia do Ambiente); 1 Assistente Operacional (Lubrificador); 1 Assistente Operacional (Atendimento); 4 Assistentes Operacionais (Gestão das refeições); 5 Assistentes Operacionais (4-Serviços Gerais e 1-Construção Civil); 1 Assistente Operacional (Electricista); 2 Assistentes Técnicos (Armazém), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

-----No âmbito da proposta supramencionada, a vereadora Fátima Ourives pediu para intervir, começando por tecer algumas observações acerca do documento, nomeadamente rever na proposta aquilo os vereadores do Partido



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Socialista haviam sugerido em anterior reunião de Câmara, e que na altura, não havia merecido concordância por parte dos vereadores da CDU, por outro lado referiu ser de lamentar que, em prejuízo dos trabalhadores a recrutar e também das atividades a desenvolver pela Câmara Municipal, só agora fosse reconhecido e aceite pelo Presidente da Câmara a proposta dos vereadores do PS. -----

-----Em resposta à intervenção da vereadora, o Presidente referiu tratar-se de um corte de um posto de trabalho na área da comunicação, sendo apenas essa a única divergência existente, continuando contudo a ser considerado essencial, de tal forma que se este não fosse provido através dum lugar no mapa de pessoal, sê-lo-ia de outra forma, uma vez que o lugar em causa assegurava um domínio absolutamente essencial ao bom funcionamento da Câmara Municipal, do qual não abdicaria. -----

-----A vereadora Fátima Ourives pediu a palavra para aludir ao facto de que o Presidente poderia ter elucidado e reconhecido o que acabara de referir aquando da anterior apresentação da mesma matéria a reunião de Câmara.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE PESSOAL. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA APOIO AO INVESTIMENTO - PLANO EM DEFESA DAS NOSSAS TERRAS -----

----- DOC.02/20

-----Foi presente proposta de contratação de empréstimo para apoio ao investimento - Plano em Defesa das Nossas Terras, no valor que se pretende contratar tem um valor de 1.185.000€ (um milhão, cento e oitenta e cinco mil euros), que representa um valor superior a 10% das despesas de investimento totais previstas no orçamento de 2015.-----

-----Pedeu a palavra o vereador António Gomes, começando por referir que face ao presente pedido de empréstimo os vereadores do Partido Socialista



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

tinham algumas dúvidas e outras tantas reservas. Segundo o entendimento dos vereadores, o recurso a financiamento deveria ser somente utilizado de forma extraordinária, situação que constatavam começar a ser rotineira na Câmara. O Presidente havia referido no início do ano, que não se efetuariam mais pedidos de empréstimos durante 2015, recordando que entretanto já havia sido aprovado um empréstimo no valor de cento e setenta e cinco mil euros, pelo que a atual situação do ponto de vista dos vereadores do PS não seria a mais ajustada, uma vez que, observando a descrição dos fins a que se destinaria, tinham constatado que alguns deles, por serem situações relativas a competências correntes da autarquia, supostamente deveriam estar contemplados no orçamento, nomeadamente a questão das pavimentações e reparações em estradas e caminhos. O vereador António Gomes lembrou ainda já terem existido duas revisões ao orçamento, nas quais havia sido feito um reforço das verbas para algumas das questões que se apresentavam de novo contempladas no atual pedido de empréstimo. No respeitante às dúvidas, o vereador questionou o valor de cem mil euros para a Proteção Civil - aquisição de equipamento, interrogando concretamente a que tipo de equipamento se destinava o montante em causa; relativamente à habitação social - reabilitação de imóveis, recordou o empréstimo autorizado no ano transato, utilizado no decorrer deste ano, no qual constavam duzentos e sessenta e cinco mil euros para a reabilitação do Pátio dos Rolins e mais cem mil euros destinados a habitação social, lembrando ainda que na primeira revisão ao orçamento a verba também havia sido reforçada para este fim, mais concretamente para o Bairro do Carmo. Mais aludiu o vereador que, relativamente à reabilitação patrimonial inscrever-se-iam também intervenções na Igreja de Safara, no passado mês de abril, já havia sido aprovado um empréstimo no valor de setenta e cinco mil euros precisamente para que se procedessem a obras estruturais na referida igreja, pelo que questionava agora se esse valor não havia sido suficiente ou se o previsto no documento atual se destinaria a outro tipo de intervenção, solicitando ver clarificada esta situação. Quanto ao Parque de Máquinas - renovação do parque de máquinas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

municipal, o vereador frisou que o empréstimo que havia sido autorizado no ano passado contemplava um total de cento e oitenta e quatro mil euros para este mesmo fim, pelo que, os vereadores do PS reconheciam que o atual se encontrava obsoleto carecendo de renovação, no entanto, lembrou que enquanto ao nível das contas da autarquia se observassem resultados operacionais negativos com a atual dimensão, em seu entender, nunca esta autarquia teria capacidade para, por conta própria, proceder à renovação de qualquer tipo de equipamento; quanto ao valor de cento e cinquenta mil euros destinado à reabilitação da Ponte do Coronheiro, o vereador António Gomes solicitou informação sobre qual o tipo de intervenção que iria ser feita. Por último referiu que lhes causava alguma estranheza que matérias que se apresentavam inseridas no presente pedido de empréstimo e que seriam prioritárias, deveriam no entender dos vereadores do PS, já terem sido salvaguardadas no orçamento, deixando para eventual contração de empréstimo outras matérias que, não sendo prioritárias, poderiam dar a possibilidade de equacionar esses empréstimos. -----

-----O Presidente, no uso da palavra, aludiu partir do pressuposto que seriam lapsos ou esquecimentos do vereador António Gomes, por se recusar a admitir que se tratasse de esquecimento do funcionamento das regras de uma autarquia, ainda para mais ao nível económico. Começou por esclarecer que o empréstimo em causa seria, ao contrário do referido pelo vereador, justamente para fazer face àquilo que seriam as intervenções mais urgentes, uma vez que um empréstimo era uma disponibilidade de tesouraria, sendo justamente esse o motivo para que a Câmara Municipal, por mais inscrições que fizesse em matéria de orçamento face aquelas que se apresentavam como as urgências desta Câmara, os fundos disponíveis não permitiriam atuar com a celeridade necessária, não existindo capacidade de mobilizar num orçamento anual e posteriormente no cálculo dos fundos disponíveis, que seria elaborado mês após mês, verba suficiente para fazer face às necessidades com as quais esta Câmara se “debatia”. Em resposta à questão do vereador António Gomes acerca da possível falta de dinheiro para a completa reabilitação patrimonial,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que havia sido autorizada no passado mês de março, o Presidente informou que esse pedido de empréstimo nunca havia tido seguimento, uma vez que a acontecer teria de ter sido apresentado em sessão da Assembleia Municipal, o que não se verificou, uma vez que na altura haviam surgido dúvidas sobre qual seria a capacidade de endividamento do município, acabando a área financeira por sugerir que se aguardasse por uma versão global do que seria a capacidade financeira, tendo a Câmara decidido aguardar mais algum tempo. Quanto à afirmação do vereador que mencionava que o Presidente teria declarado ou escrito que não haveria novo pedido de empréstimo em 2015, o Presidente referiu que teria dito precisamente o contrário, justamente por se registar um conjunto de intervenções da maior urgência às quais esta Câmara teria de fazer face. Continuando a análise à intervenção do vereador, o Presidente começou por fazer referência às referidas reservas, afirmando que a Câmara não poderia em termos orçamentais dar resposta àquilo que seriam as pavimentações e reparações com a celeridade necessária, por um lado a Câmara Municipal podia fazer as revisões orçamentais que entendesse e que a Assembleia Municipal resolvesse aprovar, o que não implicava uma disponibilidade financeira imediata, uma vez que, as revisões ao orçamento, bem como o orçamento em si, trata-se de um documento provisional, o qual não daria à Câmara a garantia de que aquele dinheiro existe na realidade, contrariamente ao que acontece com um empréstimo, que se apresenta como uma disponibilidade imediata. Questionando ainda se a Câmara estaria de acordo com o presente procedimento, a resposta seria que, em última análise, não estava de acordo, sendo no entanto "obrigada" a levá-lo a cabo porque nos últimos anos haviam sido cortados quatro milhões de euros ao município de Moura, por via do não cumprimento das leis do orçamento e mais cento e sete mil euros, este ano, respeitante ao fundo municipal, valor que teria ido parar a um município que havia gasto a mais do que poderia em cerca de oitenta milhões de euros. Continuou o Presidente referenciando a mesma contestação acerca do que seriam os resultados operacionais negativos, aludindo que a Câmara Municipal de Moura acabaria com estes em pouco



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

tempo, bastando para isso cortar quatrocentos ou quinhentos mil euros ao apoio ao movimento associativo e mais cento e trinta mil euros de apoio aos Bombeiros Voluntários e usufruiria aí já uma quebra de meio milhão de euros em resultados operacionais, uma vez que estas verbas relevavam imediatamente para os resultados operacionais, e uma vez que estes resultavam daquilo que seria a vida de um município e do seu quotidiano. O Presidente continuou acrescentando que atualmente, o montante de contas a pagar teria passado de um valor de quatro milhões e seiscentos mil euros para dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil euros, uma redução de 46%, os pagamentos em atraso teriam passado de dois milhões seiscentos e trinta e nove mil euros para menos de duzentos mil euros, uma redução de 92%, aludindo ainda que a Câmara Municipal teria uma situação que, segundo a sua opinião, não sendo brilhante do ponto de vista financeiro, estaria mais do que sustentada e justificada. Continuou ainda o Presidente a referir-se às dúvidas suscitadas pelo vereador António Gomes, que considerava pertinentes acerca deste pedido de empréstimo, tendo estas a ver justamente com as áreas que necessitavam de uma intervenção imediata; quanto à Proteção Civil, esta destinar-se-ia a dar apoio a um projeto dos Bombeiros na área da compra de equipamentos, sendo que a Câmara se propunha a substituir uma parte da comparticipação e do apoio aos mesmos através da presente verba no valor de cem mil euros; quanto ao valor de duzentos e sessenta e cinco mil euros referidos pelo vereador António Gomes, à semelhança de todas as outras verbas que haviam sido utilizadas no empréstimo, estariam no presente momento comprometidas ou em vias de o ser, exemplificando com o veículo de recolha de resíduos, no valor de cento e setenta mil euros e ainda com um veículo de transporte escolar no valor de vinte e dois mil euros que chegaria até ao final do presente mês, tendo desta forma a Câmara Municipal gasta a despesa com equipamentos municipais. Continuou, informando sobre a existência de uma verba para as escolas, cujas obras já se encontram terminadas, não sendo necessário qualquer plano alternativo, uma vez que estas se encontravam em condições de entrar em funcionamento, tendo a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara ficado com saldo positivo, uma vez que havia sobrado dinheiro, que, informou, iria ser aplicado na Escola Básica e Integrada de Amareleja. Quanto aos duzentos e sessenta e cinco mil euros destinados à habitação social – Pátio dos Rolins, cuja obra estaria consignada tendo início previsto para o final do mês de setembro ou princípio do mês de outubro cujo valor seria de duzentos e trinta e cinco mil euros, o que significava que ainda se poderiam vir a efetuar melhoramentos de mais trinta mil euros em termos de habitação social ao que se viria juntar aos processos do Ágora Social e que abrange cerca de três dezenas de habitações. Estes processos, esclareceu o Presidente, seriam consecutivos em melhoramentos de habitação social, não tendo internamente esta Câmara capacidade de resposta para a execução das obras, pelo que o município conceberia os projetos internamente, cedendo aos empresários locais a possibilidade de poderem lucrar com estas intervenções, estando a Câmara Municipal a pensar agir da mesma forma face ao Bairro do Carmo, cujo projeto estaria concluído no mês de novembro, e que com o empréstimo em causa poder-se-ia colocar o processo a concurso e dar de imediato andamento à reabilitação deste. No respeitante à reabilitação patrimonial, o Presidente referiu que este estaria diretamente relacionado com duas igrejas, a Igreja da Estrela e a Igreja de Safara, no valor de cento e setenta e cinco mil euros, valor já anteriormente referido pelo Presidente, quanto aos mais sessenta mil euros, estes destinaram-se-iam à resolução de um problema de falta de drenagem do edifício, o que depois do investimento feito no restauro desta, seria de lamentar que, não se procedesse a uma reparação da cobertura, uma vez que este estaria na eminência de se degradar facilmente. O Presidente realçou ainda que bem mais grave e problemática seria a situação em que se encontrava a Ponte do Coronheiro, apresentando uma fissuração longitudinal, com perigo de descolagem, não conseguindo a autarquia mobilizar uma quantia de cento e cinquenta mil euros de um dia para o outro a não ser pela via do empréstimo. Mais esclareceu que a Câmara o havia feito, em desespero de causa, no que se referia à cobertura do Pavilhão Gimnodesportivo, contudo, para fazer face a esta intervenção haveria uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

quantidade de coisas que teriam de parar imediatamente, para que não fosse posta em causa aquela que seria a *performance* financeira do município. Mais alegou que os resultados operacionais negativos existiam, tal como referira o vereador António Gomes, contudo, com ou sem eles este município para fazer determinadas intervenções teria de parar com outras, e a já referida Ponte do Coronheiro seria uma situação particularmente séria à semelhança de outras, como o da renovação do parque de máquinas municipal, mais concretamente ao nível de equipamentos de apoio ao setor das águas, e ainda à compra de um veículo de trinta e cinco lugares para o transporte escolar, a Câmara Municipal afirmou, durante o próximo ano, não conseguiria dar resposta aos pedidos das escolas, uma vez que os restantes veículos que existiam para esse fim, já há muito teriam ultrapassado o período útil de vida. Para finalizar o Presidente informou que o valor total da verba destinada à reabilitação no valor de duzentos mil euros seria referente a cento e cinquenta mil euros destinados ao Bairro do Carmo e cinquenta mil euros destinados a pequenas reparações em cerca de seis ou sete habitações no máximo. Mais aludiu que a Câmara Municipal de Moura, ao contrário de outras tinha capacidade de endividamento e que a presente proposta se encontrava abaixo dessa capacidade.-----

-----Na sequência da intervenção do Presidente da Câmara, pediu a palavra o vereador António Gomes, para aludir que este havia começado por informar que o seu entendimento referente à contração de empréstimo não seria o correto, contudo referiu, ser de convir que o relatado pelo Presidente sobre os empréstimos serem para obras urgentes e observando o conjunto de intervenções previstas não se poderiam classificar a todas como urgentes, daí que no seu entendimento, muitas destas intervenções deveriam estar previstas no orçamento da autarquia, não as deixando para um empréstimo que na sua opinião, para além deste servir para situações urgentes, seria-o para situações extraordinárias. Ainda em relação ao novo pedido de empréstimo, o vereador referiu que havia sido escrito num artigo que o Presidente escrevera no início deste ano no Jornal "A Planície", a propósito da questão do orçamento não ter



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

sido aprovado, onde mencionava que não haveria qualquer pedido de empréstimo para o ano de 2015. O vereador aludiu ter conhecimento de que o Presidente havia referido o contrário em reunião de Câmara e até em sessão da Assembleia Municipal, contudo verificou o inverso no referido artigo do jornal. Quanto à questão dos resultados operacionais o vereador referiu ainda que esta seria uma questão de princípio e que quem tivesse conhecimentos de gestão saberia que esta matéria seria crucial, não pondo em causa que uma autarquia pudesse ter resultados operacionais negativos, mas sim a dimensão dos mesmos, sendo em sua opinião sabido que em qualquer instituição pública ou privada que apresente resultados operacionais negativos com a dimensão que a autarquia de Moura teria, esta não apresenta a mínima condição para repor aquilo que seriam os equipamentos que se encontram ao serviço da autarquia. Continuou referindo no entanto concordar com o Presidente quando este mencionava que as autarquias têm vindo a ser submetidas a uma restrição financeira que não faria sentido e que acabava inúmeras vezes por colocar em causa aquele que seria o trabalho global das Câmaras Municipais, bem como a sua legitimidade. O vereador aludiu ainda que muitas autarquias deste país, a maioria, apresentavam resultados operacionais negativos, contudo não comprometiam a reposição daquele que seria o equipamento ao serviço da mesma, uma vez que a partir do momento em que tudo aquilo que se apresentava como o valor de amortizações consignadas na demonstração de resultados seria totalmente absorvido pelos resultados operacionais negativos, o que significava que não existia dinheiro, sendo precisamente por esse facto e da necessidade de repor a maquinaria que eram necessários os recursos a empréstimos, daí as reservas dos vereadores do Partido Socialista. Ainda no uso da palavra o vereador agradeceu ao Presidente as explicações dadas relativamente a algumas dúvidas colocadas, ficando algumas esclarecidas com a intervenção do Presidente, no entanto referiu, mantinham algumas reservas, e, por essa razão o sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista seria da abstenção -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- O Presidente referiu que o artigo do Jornal “A Planície” a que se referira o vereador António Gomes não diria o que o este havia referido, aludindo trazer uma cópia para leitura na próxima reunião deste órgão e alegando que o artigo diria precisamente que não estaria ainda produzido nenhum pedido de empréstimo para o ano 2015 porque erradamente, no artigo do Partido Socialista de 2014, estaria referido que já se encontraria previsto um novo pedido de empréstimo para 2015, sendo contudo precisamente o mesmo, o sempre falado empréstimo cujo valor seria de novecentos e noventa mil euros, tendo o Partido Socialista entendido ser uma duplicação. O Presidente referiu que a Câmara Municipal neste momento possuía uma receita curta para fazer face a todas as necessidades do município, sendo que todas as obras apresentadas eram urgentes.-----

-----DELIBERADO, POR QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO PARA APOIO AO INVESTIMENTO – PLANO EM DEFESA DAS NOSSAS TERRAS, NO VALOR DE 1.185.000€ (UM MILHÃO, CENTO E OITENTA E CINCO MIL EUROS), NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.-----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A COMOIPREL - COOPERATIVA MOURENSE DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA-----

----- DOC.03/20

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, a submeter à apreciação do órgão executivo a assinatura do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada para vigorar até ao final do ano de 2015. --



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No âmbito do documento supramencionado o vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para referir que quanto a este ponto não existiriam grandes dúvidas sobre a interpretação da decisão, contudo tendo em conta que nos documentos se previa a responsabilidade de parte a parte no respeitante ao primeiro e segundo outorgante, questionou se as responsabilidades assumidas pelo segundo outorgante têm vindo a ser avaliadas, ou se tem existido alguma monitorização daquilo que seriam as obrigações a que estes estariam sujeitos. -----

-----O Presidente remeteu a resposta à questão formulada pelo vereador para a leitura do relatório de atividades que a Comoiprel enviava regularmente à Câmara.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A COMOIPREL - COOPERATIVA MOURENSE DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA VIGORAR DURANTE O ANO DE 2015.---

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A LÓGICA - SOCIEDADE GESTORA DO PARQUE TECNOLÓGICO DE MOURA, E.M., S.A.-----

----- DOC.04/20

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, a submeter à apreciação do órgão executivo a assinatura do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a LÓGICA - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M., S.A..-----

-----O vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para colocar uma questão, também ela comum às três propostas, referindo que tendo em atenção que as comparticipações se executariam de modo duodecimal, questionou como conseguiam as empresas municipais sobreviver até à presente data, tendo em atenção, no caso concreto da Lógica EM, que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

apresentou no primeiro trimestre uma receita de setecentos e oitenta euros, no segundo trimestre trinta e seis mil e oitocentos euros, o que daria uma média de cerca de seis mil e oitocentos euros por mês, o que no seu entender, mal daria para fazer face ao pagamento dos vencimentos. -----

-----À questão formulada, o Presidente respondeu que estas terão vindo a sobreviver com manifesta dificuldade, no caso concreto da Comoiprel com recurso frequente a operações bancárias que lhe permitiam de facto sobreviver. No que concerne à Lógica e Herdade da Contenda estas teriam obrigatoriamente um revisor oficial de contas que acompanhava todos os procedimentos e também porque a Câmara teria em atraso contratos-programa passados, sendo esse desbloquear sucessivo de verbas que permitia às entidades em causa sobreviverem. Mais acrescentou que a Lógica tem tido um incremento bastante significativo em termos de receitas, o que se iria refletir no final do ano de forma bastante positiva. -----

-----DELIBERADO, POR QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A LÓGICA - SOCIEDADE GESTORA DO PARQUE TECNOLÓGICO DE MOURA, E.M., S.A. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A HERDADE DA CONTENDA, E.M.-----

----- DOC.05/20

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, a submeter à apreciação do órgão executivo a assinatura do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a Herdade da Contenda, E.M., para vigorar até ao final do ano de 2015. -----

-----No uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena aludiu fazer referência a este ponto concreto em apreciação, colocando uma questão que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

pretendia ver esclarecida, e que teria a ver essencialmente com a sua opinião face à capacidade da empresa Municipal Contenda, no respeitante à sua rentabilidade passar forçosamente e independentemente dos aproveitamentos atuais e daqueles que são potenciais poderem ter uma evolução positiva, defendendo o vereador que a vacada mertolenga da Contenda trata-se de um elemento de produção absolutamente indispensável para que a rentabilidade da empresa possa vir a atingir um “bom porto”, recordando que a dada altura, e muito provavelmente ainda, subsistirá um diferendo com a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengo, tendo havido várias reuniões, contudo, não teria existido qualquer informação a esse respeito, pelo que entendia o vereador Francisco Canudo Sena ser oportuno questionar qual o atual ponto da situação relativamente à vacada e qual o tipo de entendimento, se é que existia, com a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengo.-----

-----Na sequência da intervenção do vereador, o Presidente da Câmara esclareceu que o que estaria previsto seria a saída da vacada do Bovino Mertolengo da Herdade da Contenda para a Herdade de Vila Fernando. Adiantou ainda que haviam sido desenvolvidos contactos pelo próprio e pelo administrador executivo junto do Secretário de Estado da Agricultura, tendo ficado acordado um princípio de deslocação da vacada para a referida herdade, uma vez que aquela vacada não pertencia à Herdade da Contenda e apresenta problemas bastante graves de ordem sanitária, o que não exclui naturalmente a possibilidade da Contenda continuar a ter uma vacada de Bovino Mertolengo autónoma, que não dependa da Associação de Criadores de Bovinos Mertolengo.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A HERDADE DA CONTENDA, E.M., PARA VIGORAR DURANTE O ANO DE 2015.---

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### **-----PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO E NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES-----**

**----- DOC.06/20**

-----Após o período de discussão pública, não sendo verificada qualquer proposta de alteração ao Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes e, nos termos da informação nº 79/2015 do Gabinete Jurídico, o qual propõe as alterações aí referidas com base no parecer remetido pela DECO, após consulta às entidades representativas dos interesses em causa, foi presente para aprovação o referido regulamento. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDO POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES. -----**

**-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

### **-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----**

### **-----OBRA NA RUA DAS ESCOLAS, N.º 22, EM SAFARA - CONCLUSÃO DOS TRABALHOS -----**

**----- DOC.07/20**

-----Ao abrigo do Processo “Intervenção em habitação social”, foi presente despacho do Presidente da Câmara no sentido de se proceder ao pagamento referente à conclusão dos trabalhos da obra sita na Rua das Escolas, n.º 22, em Safara no valor total de sete mil, novecentos e vinte seis euros e setenta e um cêntimos. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PAGAMENTO REFERENTE À CONCLUSÃO DOS TRABALHOS, NO VALOR TOTAL DE SETE MIL, NOVECIENTOS E VINTE SEIS EUROS E SETENTA E UM CÊNTIMOS, REFERENTE AO PROCESSO “INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL” NA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

**RUA DAS ESCOLAS, Nº 22 EM SAFARA TENDO COMO BENEFICIÁRIO JOAQUIM CACHOPO REIS.**-----

-----**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezassete horas e quarenta minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 2 de setembro de 2015**

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_